

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 190

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PSDB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 02: Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 042ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE DEZEMBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Cesar Seleme.

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2570

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) CESAR SELEME

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Horário destinado à Liderança da Oposição e à Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do deputado Angelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, criando o Conselho de Desenvolvimento Cultural, e dá outras providências.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 009/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, nos termos do parágrafo único e *caput* do artigo 190, da Constituição Estadual.

Seção I

Dos objetivos

Art. 2º - O Programa Estadual de Incentivo à Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, tem como objetivos fundamentais:

I - facilitar à comunidade o acesso aos bens artísticos e culturais, dos quais trata esta lei.

II - incentivar a produção cultural no Estado do Paraná, nas áreas a seguir:

Música, Artes Cênicas, audiovisual, Literatura, Artes Visuais, Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural, Folclore, Artesanato e Manifestações Culturais Tradicionais.

§ 1º - Com os recursos emanados do Incentivo Fiscal-Mecenato, promover a difusão cultural, mediante o apoio à produção e à circulação dos bens culturais.

§ 2º - Com os recursos advindos do Fundo Estadual da Cultura, promover a difusão da cultura através de:

a) apoio à pesquisa; à realização de exposições, festivais, seminários e oficinas;

b) apoio ao aperfeiçoamento de artistas e técnicos das áreas mencionadas no inciso II do artigo 2º desta lei;

c) destinação de recursos financeiros para ajuda de custos aos integrantes da Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, bem como do Conselho Estadual de Cultura, em valores estabelecidos pela Secretaria Estadual de Cultura;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural, destinados a exposições públicas;

e) instituição e implantação de “bônus-cultural”, e outras iniciativas similares, conforme regulamentação;

f) apoio à reforma e/ou construção de edificações destinadas a fins culturais, e aquisição dos equipamentos que se fizerem necessários;

g) preservação e divulgação do patrimônio histórico cultural, natural e artístico do Estado;

h) apoio à produção e circulação dos bens culturais;

i) apoio à produção de circulação dos bens culturais mediante projetos de responsabilidade de órgãos e agências públicas vinculados à área cultural;

j) apoio a outras atividades culturais consideradas relevantes pelo Conselho Estadual de cultura.

Art. 3º - Os candidatos aos recursos do Programa Estadual de Incentivo à Cultura, nas modalidades definidas nesta lei, deverão ter domicílio e residência no Estado do Paraná há pelo menos 02 (dois) anos, a serem contados retroativamente da data de entrada de tramitação do projeto a ser incentivado.

Seção II Dos Recursos

Art. 4º - O Programa Estadual de Incentivo à Cultura contratará os seguintes recursos:

I - Na modalidade do Incentivo Fiscal - Mecenato, fica estabelecido o percentual mínimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita orçada proveniente do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na forma regulada por esta lei.

II - Para o Fundo Estadual de Cultura a Lei Orçamentária Anual destinará recursos como transferências correntes, no valor de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) do Imposto Sobre Circulação de mercadorias e Serviços - ICMS e das seguintes fontes:

a) dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;

b) doações;

c) legados;

d) subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

e) devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa, contemplados com recursos do fundo Estadual de Cultura e do Incentivo Fiscal - Mecenato;

f) saldos de exercícios anteriores;

g) recursos de outras fontes.

Art. 5º - Os benefícios da presente lei, serão concedidos à pessoa física ou jurídica contribuinte do Estado do Paraná.

§ 1º - O empreendedor do projeto cultural que se reporte às áreas com profissões regulamentadas, deverá ser pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos.

§ 2º - Nos projetos afetos às áreas com profissões regulamentadas, havendo no orçamento proposta de remuneração para funções artísticas ou técnicas, necessárias à sua realização, o empreendedor estará sujeito às determinações expressas na legislação vigente pertinente a tais áreas culturais.

§ 3º - O decreto regulamentador apontará as profissões regulamentadas por lei.

Seção III Do Incentivo Fiscal - Mecenato

Art. 6º - O incentivo Fiscal de que trata esta lei corresponde à dedução fiscal no pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, a Resolução do Poder Executivo atribuirá o valor de cada incidência do tributo, por parte do contribuinte do Estado do Paraná, através do Mecenato Subsidiado.

§ 1º - Mecenato Subsidiado: a transferência gratuita de recursos pelo incentivador ao empreendedor para a realização de projeto cultural, com finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional.

§ 2º - Fica proibido a apresentação de quaisquer projetos para as finalidades do mecenato por pessoas físicas no exercício de funções de agente público ou pessoa jurídica vinculada, direta ou indiretamente, à administração pública.

Art. 7º - O valor incentivável de cada projeto de Mecenato será de até 100% (cem por cento) do total orçado no mesmo.

Art. 8º - Para efeito desta lei, considera-se:

I - Empreendedor: pessoa física ou jurídica, domiciliada e residente no Estado do Paraná, há no mínimo 2 (dois) anos, diretamente responsável por projeto cultural beneficiado pelo Incentivo Fiscal, de que trata a presente lei;

II - Incentivador: pessoa física ou jurídica do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, do Estado do Paraná, que transfira recursos, através de Mecenato Subsidiado, para a realização de

projeto cultural beneficiado pelo Incentivo Fiscal objetivo desta Lei.

III - Administrador do Projeto: pessoa física ou jurídica, especializada na prestação de serviços culturais, a quem o empreendedor delegar responsabilidades pelo planejamento, controle e organização do projeto cultural ou ainda a aquisição de serviços e materiais necessários à sua realização, respondendo solidariamente por todas as obrigações do empreendedor.

IV - Entende-se, ainda, por:

a) Certificado de Aprovação: o documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, representativo da análise orçamentária e enquadramento do projeto cultural, com exame de mérito, pela Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, nos termos desta lei, a ser usado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante potenciais incentivadores.

b) Certificado de Incentivo: o documento emitido pelo Poder Público estadual, até o valor total do incentivo concedido a cada projeto e limitado ao valor global fixado a cada ano, representativo da autorização para que se efetive a transferência de recursos de acordo com o previsto no Certificado de Aprovação, conforme regulamentação.

Art. 9º - A Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural compor-se-á de sete (07) câmaras setoriais, autônomas entre si e com caráter deliberativo dos projetos da área representada, sendo cada Câmara composta por dois (02) representantes eleitos diretamente pela comunidade cultural e de um (01) representante indicado pelo Estado do Paraná.

§ 1º - As sete (07) Câmaras Setoriais são assim definidas e compostas:

I - Câmara Especializada da área de Música;

II - Câmara Especializada da área de Artes Cênicas;

III - Câmara Especializada da área de Audiovisual;

IV - Câmara Especializada da área de Literatura;

V - Câmara Especializada da área de Artes Visuais;

VI - Câmara Especializada da área de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural;

VII - Câmara Especializada da área de Folclore, Artesanato e Manifestações Culturais Tradicionais.

§ 2º - As Câmaras Setoriais julgarão conforme a área de sua competência, os projetos apresentados, emitindo parecer conclusivo e capacitado à emissão dos Certificados de Enquadramento pela Secretaria de Estado da Cultura, na forma a ser definida em regulamento.

§ 3º - À Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural fica atribuído caráter recursal e de definição do Regimento Interno bem como competência para resolução de casos omissos, nos termos desta lei e da regulamentação da mesma devendo reunir-se, no mínimo, uma vez por mês.

Art. 10 - Os representantes da Comunidade Cultural serão eleitos para a Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural diretamente pelas entidades da sociedade civil representativas de todas as categorias e setores vinculados à produção cultural, em Assembleia Geral Anual especialmente convocada pela Secretaria de Estado da Cultura.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Cultura cobrirá anualmente procedimento de cadastro de entidades ligadas à área da cultura, mediante edital publicado em três periódicos de circulação estadual onde reste definido o prazo de cadastramento, com no mínimo 60 dias de antecedência da Assembleia Geral definida no “*caput*” do presente artigo.

§ 2º - Após findo o prazo de cadastramento, a Secretaria de Estado da Cultura fará publicar a lista das entidades cadastradas legitimadas a participar da Assembleia Geral no “*caput*” deste artigo.

§ 3º - A Assembleia Geral Anual das entidades culturais do Estado do Paraná será convocada, no mínimo, nos 30 dias antecedentes ao fim do mandato dos representantes eleitos para a Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 11 - Será assegurado aos representantes eleitos para a Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural contraprestação pecuniária indenizatória do período destinado ao exercício das tarefas da Comissão, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 12 - Na análise dos projetos apresentados para obtenção dos recursos do Incentivo Fiscal, serão observados, necessariamente, os seguintes critérios:

a) o currículo do empreendedor;

b) a dimensão do projeto;

c) adequação orçamentária do projeto;

d) a reciprocidade oferecida.

Parágrafo Único - Na regulamentação desta lei, definir-se-ão, por área, os critérios que embasarão a análise dos projetos culturais.

Art. 13 - Os membros da Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, terão mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos, sendo vedado durante o período do mandato, a apresentação, direta ou indiretamente, de projetos, assim como a sua participação na qualidade de prestador de serviços.

Art. 14 - O limite máximo de incentivo a ser concedido a cada projeto fixa fixado em 100.000 UFIRs (cem mil unidades fiscais de referência).

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Fazenda, somente emitirá os certificados de Incentivo após a aprovação da prestação de contas do projeto anterior do mesmo empreendedor.

Art. 15 - Para obtenção dos benefícios do mecenato, o empreendedor deverá protocolizar junto à Secretaria de Estado da Cultura, somente 02 (dois) projetos por ano, anexando a documentação estabelecida na regulamentação da presente lei, explicitando os objetivos, os recursos humanos e financeiros envolvidos, para fins de fixação do valor de incentivo e posterior fiscalização.

§ 1º - Somente será permitida a execução de 01 (um) projeto por empreendedor por ano.

§ 2º - Fica vedada a substituição do empreendedor, exceto em caso de seu falecimento.

Art. 16 - é vedada a apresentação de projeto por empreendedor que esteja inadimplente em face de projetos executados com base em leis de incentivo à cultura federal, estadual e municipal.

Art. 17 - O empreendedor deverá comunicar finalmente, à Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, no caso de haver protocolizado o mesmo projeto junto à quaisquer leis municipais ou federais de incentivo à cultura, apontando os itens pretendidos para tais benefícios assim como os recursos orçados, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 18 - Aprovado o projeto, o Poder Executivo providenciará a emissão dos respectivos certificados para a obtenção do incentivo fiscal.

Parágrafo Único - Os projetos culturais poderão ser incentivados parcialmente, mediante prévia consulta da Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural ao seu empreendedor e sua aquiescência indispensável e expressa.

Art. 19 - Os certificados mencionados no inciso III, alíneas “a” e “b” do artigo 8º desta lei, terão prazo de validade para utilização de 24 (vinte e quatro) meses e 30 (trinta) dias, respectivamente, para efeitos de captação dos recursos, a contar de sua expedição.

Art. 20 - Fica o empreendedor obrigado a comprovar a completa realização do projeto no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da emissão do Certificado de Aprovação e a adequada aplicação dos recursos através de prestação de contas até 30 (trinta) dias após o término do projeto ou do prazo final do referido Certificado.

Art. 21 - As prestações de contas serão remetidas à Secretaria de Estado da Cultura, com posterior encaminhamento à Secretaria de Estado das Finanças, para análise e deliberação final de aprovação das mesmas na forma da regulamentação desta lei, sempre assegurado o respeito ao devido processo legal.

Parágrafo único - A Secretaria de Estado da cultura terá prazo máximo de trinta dias, após a apresentação de

prestação de contas, para promover diligências e apresentar seu parecer sobre a mesma.

Art. 22 - O empreendedor terá prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência, para responder diligência ou recorrer do parecer emitido.

Art. 23 - A Secretaria de Estado da Cultura, não se manifestando no prazo de 60 (sessenta) dias sobre a prestação de contas regularmente recebida, o empreendedor terá assegurado o direito de recebimento do Certificado de Aprovação ou de incentivo de novo projeto protocolizado e aprovado.

Art. 24 - Além das sanções penais cabíveis e da devolução dos recursos incentivados já captados, será multado pela Secretaria de Estado da Cultura em 10% (dez por cento) do valor integral do projeto, o empreendedor que:

I - não comprovar a correta aplicação desta lei, por dolo, desvio dos objetivos ou dos recursos;

II - não realizar o projeto cênico após o prazo concedido no Certificado de Aprovação;

III - não prestar contas, em até 30 (trinta) dias após a realização do projeto, ou ter expirado o prazo do Certificado de Aprovação.

§ 1º - O empreendedor, pessoa física ou jurídica, que incidir nos incisos I, II e III do artigo 25, ficará impossibilitado em protocolizar novos projetos, ou mesmo participar como prestador de serviços em projetos de outros empreendedores, até a devida regularização das causas do impedimento.

§ 2º - Da decisão caberá recursos à Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art 25 - O empreendedor que não apresentar informações solicitadas pela Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá sofrer as seguintes sanções aplicáveis pela Secretaria de Estado da Cultura, assegurado ao mesmo ampla defesa:

I - advertência;

II - multa fixada em 1% (hum por cento) sobre o valor do projeto;

III - suspensão do projeto cultural e impedimento de protocolizar novos projetos em caso de reincidência.

Parágrafo Único - Após o recebimento da advertência o interessado terá prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar sua defesa e a Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural 15 (quinze) dias para dar seu parecer.

Art. 26 - Se apurado, no processo correspondente, que o incentivador concorreu para fraudar a regular aplicação de recursos, será também responsabilizado, sujeitando-se às penalidades previstas nesta lei, sem prejuízo das combinações decorrentes de fraude ao erário público.

Art. 27 - As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta lei, serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Estado do Paraná, devendo constar a divulgação do apoio institucional do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 28 - Caberá à Secretaria de Estado da Cultura decidir pela aplicação das penalidades previstas nesta lei, bem como acionar a Procuradoria Geral do Estado do Paraná, para aplicação das sanções judiciais cabíveis.

Art. 29 - Competirá à Secretaria de Estado da Cultura a fiscalização do exato cumprimento das obrigações e pelo incentivador dos projetos culturais beneficiados, nos termos desta lei.

Sessão IV

Do Fundo Estadual de Cultura

Art. 30 - O Fundo Estadual de Cultura, constituído pela transferência de recurso conforme previsto no inciso II do art. 4º - da presente lei, será administrado pelo Conselho Estadual de Cultura, na forma desta lei.

Art. 31 - Anualmente a Secretaria de Estado da Cultura publicará edital, em três periódicos de circulação em todo o Estado do Paraná, informando os requisitos para apresentação de projetos culturais a serem patrocinados pelo Fundo Estadual de Cultura, tudo na forma a ser definida na regulamentação da presente lei.

§ 1º - Após o recebimento de projetos, serão os mesmos apreciados preliminarmente pela Secretaria de Estado da Cultura, que recusará os projetos que não atendam às finalidades previstas pelo art. 2º da presente lei, assegurado ao proponente do projeto recurso ao Conselho Estadual de Cultura.

§ 2º - Recebido o projeto pela Secretaria de Estado da Cultura, será o mesmo remetido para apreciação, com análise de mérito, do Conselho Estadual da Cultura, observando-se necessariamente, os seguintes critérios:

- a) o currículo do empreendedor;
- b) a dimensão do projeto;
- c) adequação orçamentária do projeto;
- d) a reciprocidade oferecida.

§ 3º - Na regulamentação desta lei, definir-se-ão, por área, os critérios que embasarão a análise dos projetos culturais.

§ 4º - Os membros do Conselho Estadual da Cultura, responsáveis pela análise dos projetos protocolizados para o Fundo Estadual da Cultura, durante o período do mandato, não poderão apresentar direta ou indiretamente projetos, assim como está vedada a participação dos mesmos, na qualidade de prestador de serviços.

§ 5º - Aprovado o projeto, compete à Secretaria de Estado da Cultura, autorizar e fiscalizar o repasse dos

recursos e a execução dos projetos, sob a forma de patrocínio direto, nos termos da legislação pertinente.

Art. 32 - O valor máximo para patrocínio de projetos apresentados ao Fundo Estadual de Cultura, fica fixado em 500.000 UFIR's (quinhentas mil unidades fiscais de referência).

Parágrafo Único - É possível o patrocínio parcial de projetos, a pedido do proponente ou por decisão do Conselho Estadual de Cultura, assegurado, neste último caso, ciência ao proponente e sua expressa concordância.

Art. 33 - Podem apresentar projetos para patrocínio do Fundo Estadual de Cultura, quaisquer pessoas físicas ou jurídicas em dia com suas obrigações fiscais, bem como fundações, autarquias e órgãos da administração pública ou indireta estadual e municipal, desde que vinculados à produção cultural.

§ 1º - O empreendedor poderá protocolizar até 02 (dois) projetos por edital, sendo permitida tão somente a execução de 01 (um) projeto a cada ano, sendo que proponente deverá optar pela realização de somente 01 (um) projeto nos casos em que os dois projetos apresentados venham a ser aprovados.

§ 2º - Os órgãos da administração pública, direta ou indireta, poderão protocolar 01 (um) projeto por área de edital anual, conforme nominadas no inciso II do art. 2º desta lei, considerando-se ainda os desdobramentos, das mesmas áreas, a serem definidos na regulamentação da presente lei.

Art. 34 - No caso de projetos apresentados por quaisquer entes da administração pública direta ou indireta, o repasse de recursos se dará sob a forma de convênio, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, e na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 35 - Será assegurada a eleição de 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, por área, para o Conselho Estadual de Cultura, mediante eleição direta na mesma assembléia geral anual convocada para as finalidades do mecenato, garantida a participação das entidades culturais cadastradas.

Parágrafo Único - Será assegurada aos membros do Conselho Estadual de cultura contraprestação pecuniária indenizatória do período destinado ao exercício das tarefas do conselho, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 36 - É obrigatório ao proponente com projeto patrocinado pelo Fundo Estadual de Cultura, a divulgação institucional do patrocínio, na forma estabelecida pela regulamentação desta lei.

Art. 37 - Trimestralmente a Secretaria de Estado da Cultura publicará a relação de projetos patrocinados pelo

Fundo Estadual de Cultura, em pelo menos dois jornais de circulação estadual, sendo obrigatória a divulgação do nome do proponente contemplado e o valor do patrocínio deferido.

Seção V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 38 - O Secretário de Estado da Cultura, designará uma unidade de sua pasta para dar apoio à implementação do Programa Estadual de Incentivo à cultura.

Art. 39 - As despesas resultantes da aplicação desta lei, correrão à conta de dotações próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo suplantadas quando necessárias.

Art. 40 - A Secretaria de Estado da Cultura e a Secretaria de Estado da Comunicação Social, deverão promover ampla divulgação dos objetivos e dos termos na presente lei.

Art. 41 - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua vigência, sendo assegurada a participação de representantes das entidades culturais na elaboração do decreto regulamentador.

Art. 42 - Após 60 (sessenta) dias da edição do decreto regulamentador da presente lei, a Secretaria de Estado da Cultura fará convocação das entidades culturais do Paraná, cadastradas, de conformidade com esta lei, para a assembléia geral de indicação dos representantes das áreas culturais (inciso II do art. 2º desta lei), na Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural e no Conselho Estadual de Cultura.

Art. 43 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Aprovado.

O SR. IRIENEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, não é sobre o mérito dos projetos, mas talvez um pouco de cuidado, que acho que a Casa deve ter. Evidentemente que a desculpa, neste momento, é por conta do afogadilho de final de ano, assoberbados de trabalho, várias comissões atuando. Mas, tenho cá comigo uma preocupação especial com a redação final. Todos sabemos que a redação final tem por objetivo adequar a língua portuguesa aos bons termos jurídicos, tratamento por especialistas da Casa, para dar o acabamento final, o toque final ao projeto de lei, para que o espírito da lei que os deputados quiserem

votar esteja perfeitamente disponível, no mecanismo da redação. E, temos por hábito não dar muita importância para isso. E enfrentamos um drama de várias redações finais de projetos.

Então, gostaria de fazer este alerta, que devamos o cuidado de apresentar junto à aprovação na Ordem do Dia, da respectiva redação final. Começaremos, quem sabe, o próximo ano, com este cuidado: que a redação final tenha o seu prazo para se fazer, efetivamente, uma boa redação final e apresentar aos senhores deputados. Sobretudo na votação do Regimento Interno e da Constituição do Estado do Paraná, porque tenho um temor muito grande, de que porventura venhamos a aprovar aqui nesta Casa um texto e na redação final, uma palavra pode mudar o espírito da intenção dos deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Vossa Excelência tem toda a razão. E esta presidência determina, inclusive, aos funcionários, que ao fazer a mensagem, antes de ser enviada ao Executivo para a sanção, seja distribuída nos gabinetes dos deputados uma cópia da redação final, para que eventualmente algum equívoco possa ainda ser lembrado antes da sanção e publicação em Diário Oficial.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Estadual a incluir no nível PG7, os professores que obtiveram certificado de até 30 de junho de 1999 e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 404/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reconhecida a validade dos cursos de pós graduação a nível de especialização expedidos pelas Instituições de Ensino Superior até 30 de junho de 1999, para os efeitos da Lei Complementar nº 77/96.

Parágrafo Único - Os diplomas expedidos com duração mínima 360 (trezentos e sessenta) horas e adotando como parâmetro de qualidade a Resolução nº 12/83, do Conselho Federal de Educação serão aceitos pelo Estado do Paraná.

Art. 2º - Após esta data mencionada no *caput* artigo anterior, somente serão eceitos diplomas que observem todas as demais exigências do Conselho Estadual de Educação.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação, dará amplo conhecimento e fará divulgação em todas as escolas da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 090/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 090/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área da filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º - Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º - Cada partido político poderá apresentar até 4 (quatro) títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura;

§ 2º - O partido político que possuir até 03 (três) deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 02 (dois) títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

§ 3º - A deliberação do partido político para concessão do título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será tomada em reunião de Bancada e por deliberação da maioria absoluta dos deputados que o representam e têm assento na Assembléia Legislativa.

Art. 3º - O projeto de lei que versar sobre concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito está sujeito a deliberação mediante votação secreta.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 5638, de 13 de setembro de 1967 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 169/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que torna obrigatório que a concessionária de serviço público de telefonia fixa, no Estado do Paraná, responsável pela emissão da fatura telefônica, forneça informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados e dá outras providências. **Aprovado.**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 386/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que determina que os 1ºs tenentes PM - músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, passem para a Reserva Remunerada com os proventos de capitão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 386/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder executivo autorizado a passar para Reserva Remunerada com os proventos de capitão, os 1ºs tenentes PM - músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 399/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 030/2000, que altera a Redação da lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995 (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 399/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 5º do artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - Os veículos cujo valor do imposto resultar em montante inferior ao equivalente a 49 Fatores de Conversão e Atualização Monetária - FCA, terão como carga tributária esse valor, tomando-se por referência o FCA do mês do vencimento do imposto, excetuado o disposto no § 8º”.

Alteração 2ª - O inciso I e o § 2º do artigo 11, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - no mês de fevereiro de 2001, nas datas fixadas em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

...

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até (seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de julho, de acordo com o calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

Alteração 3ª - O artigo 19 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 - Os créditos tributários de exercícios anteriores, decorrentes de IPVA, atualização monetária e multa, serão atualizados até 31 de dezembro de 2000 convertidos em FCA e, reconvertidos em moeda corrente, pelo valor do FCA da data do pagamento”.

Alteração 4ª - Fica renumerado o atual artigo 22 da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, para artigo 23, passando o artigo 22 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22 - O crédito tributário relativo ao IPVA, lançado de conformidade com a Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, não pago na forma e prazo previstos na legislação, será inscrito em dívida ativa, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996”.

Alteração 5ª - Fica acrescentado o inciso VIII ao artigo 14, com a seguinte redação:

“VIII - Com mais de 20 anos de fabricação, excetuadas as aeronaves e embarcações”.

Alteração 6ª - Ficam alterados o § 4º, o caput da alínea “a”, e a alínea “b” do parágrafo 6º do artigo 3º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º - A tabela de que trata o inciso IV, indicará o valor da base de cálculo em moeda corrente e o valor correspondente ao IPVA devido em Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, devendo ser publicada até último dia do exercício anterior, para aplicação durante o exercício imediatamente seguinte ao de sua publicação.

§ 6º - ...

a) convertidos em FCA;

...

b) reconvertidos em moeda corrente pela FCA da data do pagamento do imposto”.

Alteração 7ª - Fica alterado o § 1º do artigo 11, que passará a vigorar com a seguinte redação:

...

§ 1º - O local, a forma e calendário de pagamento do IPVA, atendendo os prazos definidos nesta lei, serão fixados em Instrução Secretarial, devendo o recolhimento ser efetuado junto à rede bancária autorizada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Alteração 8ª - Fica alterado o artigo 12, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, será atualizado monetariamente com base na variação do fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA”.

Alteração 9ª - Fica alterado o inciso II do artigo 15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - 73 (setenta e três) FCA ao contribuinte que não efetuar o cadastramento de embarcações e aeronaves, na forma e prazo estabelecidos em instrução secretarial”.

Alteração 10ª - Fica alterado o artigo 20, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 - Ocorrendo a extinção da FCA, será adotado, em substituição, outro índice que preserve adequadamente o valor da moeda”.

Art. 2º - Ficam aprovadas, nos termos do inciso IV do artigo 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as tabelas do valor venal do veículo e do IPVA, calculado em quantidade de FCA, que constituem os Anexos I e II desta lei e vigorarão no ano de 2001.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(a) CESAR SELEME - Presidente e Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária - Funcor. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 404/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor, destinado, exclusivamente, para:

I - a conservação das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual;

II - as contribuições do Estado, a título de contrapartida obrigatória em decorrência da celebração, com a União ou com os municípios, de convênio cuja finalidade seja a conservação de redes rodoviárias do Estado do Paraná.

§ 1º - Para os efeitos desta lei se entende por conservação rodoviária o conjunto de atividades destinadas a preservar tanto a curto, como em médio ou longo prazos, a condição das rodovias, de modo que se preveja sua degradação e propicie-se assim um serviço adequado e permanente de conservação. Tais atividades compreendem os estudos, pesquisas, sistemas de gerência e planejamento da conservação; a limpeza, reparação e substituição dos sistemas de drenagem; os controle da vegetação; a reparação dos taludes laterais; o nivelamento de superfícies; a reparação de pavimentos, incluída a reparação seletiva das capas de materiais subjacentes; o reforço do pavimento mediante capas adicionais; a reparação e substituição de dispositivos de segurança e sinalização e, em geral, tudo o que se fizer necessário para a manutenção das condições da via e o reforço da sua estrutura, incluindo pontes, viadutos e pontos críticos. A conservação rodoviária não compreende a reconstrução das rodovias e nem as modificações ou melhoramentos substanciais de padrão, entendendo-se por estes a pavimentação de rodovias implantadas ou qualquer obra que modifique a geometria do eixo ou a largura.

§ 2º - O Funcor será vinculado, para efeitos administrativos, à Secretaria de Estado dos Transportes, que lhe prestará suporte técnico e material.

Art. 2º - O Funcor terá um Conselho de Administração constituído dos seguintes membros:

I - secretário de Estado dos Transportes, como presidente;

II - secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico;

III - secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

IV - diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem;

V - representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

VI - representante da Associação dos Municípios do Estado do Paraná;

VII - representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná;

VIII - representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná;

IX - representante da Federação das Empresas de Transportes de Cargas no Estado do Paraná;

X - representante da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina;

XI - representante da Federação do Comércio do Paraná - Fecomércio;

XII - representante do Sindicato dos Transportes Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná - Sindicam;

XIII - representante do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis, Garagens, Estacionamento, Lavadores e Lojas de Conveniências do Estado do Paraná - Sindiccombustíveis;

XIV - representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná - Fetaep;

XV - representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado do Paraná - Setcepar;

XVI - representante dos Usuários das Rodovias, indicado pela Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, ou seu sucedâneo.

§ 1º - Os conselheiros têm mandato não remunerado.

§ 2º - Os conselheiros a que se referem os incisos I a III podem delegar suas atribuições, mediante autorização expressa, vedada a delegação a outro membro já participante do conselho.

§ 3º - Os conselheiros referidos nos incisos V a IX devem ser expressamente indicados pelos titulares dos respectivos órgãos, mediante documento escrito, observada a vedação disposta na parte final do parágrafo seguinte.

Art. 3º - Os recursos do Funcor serão geridos por uma Diretoria Executiva composta pelo secretário de Estado dos Transportes, pelo diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e por um representante não pertencente ao Poder Executivo indicado pelo Conselho de Administração.

§ 1º - O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER será o órgão executor do Funcor e disponibilizará os recursos humanos e materiais necessários a seu suporte operacional.

§ 2º - A Diretoria Executiva poderá constituir e estrutura necessária para a administração, controle e gestão dos recursos do Funcor.

§ 3º - Os gastos com pessoal e serviços de administração e gestão dos recursos do Funcor não poderão ultrapassar a 1% (um por cento) da sua receita anual total.

Art. 4º - Constituem receitas do Funcor:

I - a arrecadação decorrente da aplicação da retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado;

II - a arrecadação proveniente das multas de trânsito e por excesso de peso aplicadas na jurisdição do DER do Paraná;

III - transferências à conta do Orçamento do Estado;

IV - auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, desde que destinados ao desenvolvimento de suas atividades;

V - doações e legados;

VI - juros bancários e correção monetária de seus depósitos;

VII - outros recursos que lhe forem especificamente destinados;

VIII - quaisquer outras rendas eventuais;

IX - inspeção veicular.

Art. 5º - Compete ao Conselho de Administração do Funcor:

I - estabelecer a política de conservação rodoviária a ser desenvolvida anualmente, observando, estritamente, o que dispõe esta lei;

II - traçar as diretrizes técnicas que balizarão as decisões a serem implementadas, anualmente, com vista ao atendimento de suas finalidades;

III - aprovar o orçamento anual do Funcor;

IV - opinar, antes de encaminhar ao governador do Estado e à Assembléia Legislativa para deliberação, sobre propostas de convênios a serem celebrados pelo Funcor;

V - propor ao governador do Estado e à Assembléia Legislativa as ações a serem desenvolvidas, anualmente, por decorrência das metas estabelecidas e dos recursos destinados ao Fundo;

VI - analisar e oferecer parecer à prestação de contas da Diretoria Executiva do Funcor, referente ao exercício vencido, antes de encaminhá-la ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente;

VII - elaborar e aprovar o Regimento Interno;

VIII - exercer as demais atribuições constantes desta lei, ou dela decorrentes.

Art. 6º - Qualquer ação a ser desenvolvida pelo Funcor dependerá de prévia aprovação do governador do Estado, que prestará conta à Assembléia Legislativa, que se manifestará após análise de proposta formulada pelo Conselho de Administração e que conterà, obrigatoriamente, e de forma pormenorizada, os seguintes dados:

I - no caso de aquisição de equipamentos:

- a) quantidade e especificação técnica;
- b) exposição sobre a necessidade de sua aquisição;
- c) destinação;

II - no caso de rodovia:

- a) obra ou serviço a ser executado;
- b) trecho abrangido;
- c) tempo de duração da obra ou serviço;
- d) prazo de conclusão;
- e) desembolso de pagamento.

§ 1º - Observado o interesse social, poderá a Assembléia Legislativa, quando do exame e discussão da matéria, oferecer emenda de natureza aditiva, modificativa ou supressiva à proposta formulada pelo Conselho de Administração.

§ 2º - Recebida, a proposta será discutida e votada até a quinta Sessão Ordinária subsequente, considerando-se automaticamente aprovada se transcorridos esses prazos em deliberação.

Art. 7º - Fica autorizada a abertura de conta corrente única e específica em instituição financeira de crédito, oficial ou não, destinada ao recebimento e movimentação dos recursos relativos ao Funcor.

Parágrafo Único - Qualquer modificação financeira em nome da instituição somente poderá ser feita com a assinatura de, pelo menos, dois membros da sua Diretoria Executiva.

Art. 8º - Os saldos financeiros do Funcor, verificados ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos, a seu critério, para o exercício seguinte.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva encaminhará à Assembléia Legislativa, para análise e parecer da Comissão de Fiscalização no prazo de trinta dias, demonstrativo discriminado, contendo valores arrecadados, despesas efetuadas e serviços realizados no período referente aos últimos noventa dias.

Art. 9º - Os recursos auferidos por decorrência do disposto nesta lei, devem:

I - ser destinados diretamente ao Funcor, que manterá conta corrente bancária vinculada para suas movimentações;

II - ser utilizados, exclusivamente, para a finalidade descrita no artigo 1º desta lei.

Parágrafo Único - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos do Funcor para pagamento de salários e quaisquer vantagens relativas a pessoal.

Art. 10 - O Funcor pode acompanhar e controlar o recolhimento de valores feitos em seu benefício, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 11 - Para o atingimento dos objetivos fixados nesta lei, havendo necessidade de remanejamento ou suplementação de dotações integrantes do Orçamento Geral do Estado, inclusive alteração de programas estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, fica o Poder Executivo autorizado a adotar os procedimentos adequados às suas respectivas implementações.

Art. 12 - As obras e serviços executados com recursos do Funcor deverão ter, obrigatoriamente, placas indicativas do custo, prazo e extensão, bem como, em caracteres diferenciados e ressaltados, as seguintes expressões: "Obra (Serviço) Realizada com Recursos

do Funcor”; “Telefone para Sugestões e Reclamações _____”.

Parágrafo Único - Os veículos e equipamentos caracterizados como material permanente adquiridos com recursos do Funcor deverão ter fixados nos mesmos, obrigatoriamente, através de adesivo ou pintura, as seguintes expressões: “Adquirido com Recursos do Funcor”.

Art. 13 - Os secretários de Estado dos Transportes; da Fazenda; Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico e da Agricultura e do Abastecimento devem tomar de imediato as medidas cabíveis para, dentro de suas respectivas áreas de atuação e competência, dar implemento às disposições da presente lei, podendo expedir atos normativos conjuntos.

Parágrafo Único - Obedecidas as normas hierárquicas e de funcionamento do órgão, o diretor-geral do DER deve implementar complementarmente as medidas a que se refere o artigo.

Art. 14 - Caberá ao chefe do Poder Executivo convocar os integrantes do Conselho de Administração com vistas à instalação do Funcor e o início de suas atividades.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva, no prazo de cinco dias contados da reunião de instalação do Funcor, convocará os membros do Conselho de Administração para discutir e aprovar, no prazo máximo de cinco dias, o Regimento Interno da instituição.

Art. 15 - O Funcor terá duração indefinida.

Art. 16 - A aplicação dos recursos do Funcor em destinação diversa da finalidade prevista nesta lei, implica em crime de responsabilidade.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Luiz Carlos Zuk - Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 405/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a valorização sobre a comercialização de combustíveis no Estado e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 405/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas que atuam como contribuintes substitutos na retenção e no pagamento do ICMS

devido ao Estado, relativamente aos produtos combustíveis derivados de petróleo, devem reter dos valores destinados ao pagamento do ICMS, 1 (um) centavo de real para cada litro de gasolina e 2 (dois) centavos de real para cada litro de óleo diesel então vendidos.

§ 1º - A regra deste artigo não se aplica aos produtos:

I - gás liquefeito de petróleo (GLP ou gás de cozinha);

II - óleo industrial destinado à geração de energia termoeletrônica;

III - gasolina e querosene de aviação;

IV - aditivos, lubrificantes e assemelhados, para uso em equipamentos, máquinas e veículos em geral.

§ 2º - Os valores retidos devem ser recolhidos diretamente ao Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor, que manterá conta corrente bancária vinculada para suas movimentações.

Art. 2º - A retenção referida no artigo anterior deve ser realizada independentemente do recolhimento do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações devido em cada operação.

Art. 3º - Os recursos auferidos por decorrência do disposto nesta lei devem ser utilizados, exclusivamente, para:

I - a conservação das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual;

II - as contribuições do Estado, a título de contrapartida obrigatória em decorrência da celebração, com a União ou com os municípios, de convênio cuja finalidade seja a conservação de redes rodoviárias do Estado do Paraná;

III - a conservação das rodovias integrantes do Programa Caminhos da Educação e do Saber;

IV - a conservação e adequação de rodovias municipais em convênios celebrados com o Estado.

§ 1º - Para os efeitos desta lei se entende por conservação rodoviária o conjunto de atividades destinadas a preservar tanto a curto, como em médio ou longo prazos, a condição das rodovias, de modo que se preveja sua degradação e propicie-se assim um serviço adequado e permanente de conservação. Tais atividades compreendem os estudos, pesquisas, sistemas de gerência e planejamento da conservação; a limpeza, reparação e substituição dos sistemas de drenagem; os controle da vegetação; a reparação dos taludes laterais; o nivelamento de superfícies; a reparação de pavimentos, incluída a reparação seletiva das capas de materiais subjacentes; o reforço do pavimento mediante capas adicionais; a reparação e substituição de dispositivos de segurança e sinalização e, em geral, tudo o que se fizer necessário para a manutenção das condições da via e o

reforço da sua estrutura, incluindo pontes, viadutos e pontos críticos. A conservação rodoviária não compreende a reconstrução das rodovias e nem as modificações ou melhoramentos substanciais de padrão, entendendo-se por estes a pavimentação de rodovias implantadas ou qualquer obra que modifique a geometria do eixo ou a largura.

Art. 4º - A fiscalização relativa às disposições desta lei deve ser feita pela Secretaria de Estado da Fazenda, observadas as prescrições desta lei e, no que couber, as da legislação aplicável à receita estadual.

Parágrafo Único - O Funcor pode acompanhar e controlar o recolhimento de valores feitos em seu benefício em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 5º - Para o atingimento dos objetivos fixados nesta lei, havendo necessidade de remanejamento ou suplementação de dotações integrantes do Orçamento Geral do Estado, inclusive alteração de programas estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, fica o Poder Executivo autorizado a adotar os procedimentos adequados às suas respectivas implementações.

Art. 6º - Os secretários de Estado da Fazenda; dos Transportes e do Planejamento e Coordenação Geral devem tomar de imediato as medidas cabíveis para, dentro de suas respectivas áreas de atuação e competências, dar implemento às disposições da presente lei, podendo expedir atos normativos conjuntos.

Parágrafo Único - Obedecidas as normas hierárquicas e de funcionamento do órgão, o diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER deve implementar complementarmente as medidas a que se refere este artigo.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 412/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2000, aprova um ajuste no Programa de Obras, constante do Anexo V, da Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais). **Aprovado.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do deputado Antonio Annibelli, proíbe a circulação de carretas e caminhões na travessia de Matinhos a Guaratuba. COM EMENDAS DE PLÊNARIO. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLÊNARIO.

APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/2000, de autoria da C.P.I. do Narcotráfico, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o item 12 é de autoria da CPI do Narcotráfico. Foi feita a adequação deste projeto ou está daquela mesma forma apresentada na primeira votação?

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Senhor deputado, pelo que posso lhe informar, pelo conhecimento que tenho de plenário, o que ficou ajustado e eu estava no plenário e fiz questão de consignar de que os dois projetos estariam sendo consolidados para, na Redação Final, serem acoplados a um só.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, não sabemos o que estamos votando neste projeto. Reconhecemos que é um projeto importante, deputado Algaci, e inclusive está atrasado, mas, estamos votando dois projetos que, lá na frente, não sabemos o que vai originar.

Dada a importância dele, dada a responsabilidade desta Casa, a CPI fez um trabalho importante, agora, nós aqui não estamos votando um projeto. Não é uma emenda, são duas propostas que estão caminhando e que lá na frente não sabemos o que vai ser.

Então solicitaria a retirada da pauta, porque não temos consciência do que está sendo votado, o texto não conhecemos. Como a CPI tem mais um prazo para apresentar seu relatório, poderíamos votar, se houver condição, em março. Ou isto traz prejuízos a alguma testemunha?

O SR. ALGACI TULIO

É esta a nossa preocupação! Pedimos a agilização porque estes projetos, tanto da CPI como do deputado Caíto Quintana, ficaram muito tempo parados no Departamento Legislativo da Assembléia para analisar uma possível fusão. Como houve demora, nos preocupamos com o projeto da CPI, para que ele fosse analisado e viesse para o Plenário.

Me preocupo, e acho que os dois projetos têm quase que o mesmo sentido e a mesma finalidade e a Assembléia não está votando uma coisa que não seja boa para a Lei de Proteção às Testemunhas.

Se não houve tempo de fazer a anexação, podemos - num entendimento de Plenário, - considerar que está anexado, aprovamos os dois projetos agora, e na próxima

legislatura, ano que vem, podemos fazer uma melhora na lei criada.

Fico preocupado em retirar da Ordem do Dia, e, de repente a CPI vai ter necessidade de fazer algum encaminhamento, algum benefício para quem ajuda a CPI e ficamos desamparados. Até agora estávamos amparados na CPI Nacional, pelo Projeto de Proteção à Testemunha da CPI Nacional, mas a CPI Nacional acabou! Esta é minha preocupação. Não tenho nada contra o projeto do deputado Caíto Quintana. Aqui acreditamos, os componentes da CPI, aceitam a anexação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não temos como votar isto aqui, é impossível votar, são duas peças, não está fundido numa só, não tem...

O SR. ALGACI TULIO

É, lamentavelmente é pressa de final de ano, é isto que acontece.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não sei nem se tem parecer. Não conheci...

O SR. ALGACI TULIO

Dou razão à Vossa Excelência que não tem sequer parecer da Comissão de Segurança Pública, mas assim têm sido aprovados os projetos, a maioria nos últimos três dias. Acho que a saída talvez seja esta, aprovar este projeto anexado ao projeto do deputado Caíto Quintana e no ano que vem, no início da legislatura faremos aí, pegamos os projetos, fazemos uma nova lei. Pelo menos o que não pode é ficar a CPI sem uma cobertura, só isto.

É esta a preocupação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, a boa recomendação sugere que retiremos este projeto de votação porque não tem como, não tem parecer, não tem nada...

O SR. ALGACI TULIO

Tem parecer da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado José Maria Ferreira, particularmente como autor inclusive de um projeto estaria plenamente favorável com aquilo que Vossa Excelência está solicitando, no entanto presidindo esta sessão, deputado José Maria, em prejuízo àquilo que eu mesmo gostaria que acontecesse sou obrigado a me reportar ao artigo 159, § 1º, que diz: "ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento." Não posso lhe deferir um pedido que é justo de Vossa Excelência de adiamento de votação em prejuízo inclusive a um projeto meu que também está circulando. Sugiro que votemos os projetos juntos e na redação final possamos discutir a complemen-

tação um do outro ou então rejeitamos os dois de acordo com a decisão de Plenário.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não sei o que vamos votar e não sei, senhor presidente, como é que a Comissão de Redação Final vai fazer. Um projeto tem nove artigos, o outro tem dezessete. Quais os artigos que vamos aproveitar e quais os artigos que estaremos dispensando.

O SR. ALGACI TULIO

Por uma questão de direito acho que o projeto que está na Ordem do Dia é o 199. Este terá que ser votado, é um regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Orlando, sei que todos nós aqui, não é nem de praxe estar conversando assim na presidência, todos estamos imbuídos de um objetivo que é de termos um serviço de proteção à testemunha. A forma regimental que poderíamos encontrar está no artigo 121 do Regimento que diz - poderá a Assembléia decidir a requerimento de qualquer deputado que determinada proposição que seja juntada ao processo relativa a outra, a fim de que ambas merecendo pareceres das comissões permanentes competentes sejam pela sua analogia, acima de tudo, transformados numa só.

Portanto, se aprovarmos da forma que está estaremos aprovando os dois componentes do projeto. Consequentemente estaremos fundindo, complementando eles, aquilo que for exatamente igual fica igual, aquilo que um estiver acrescentando ao outro será na redação final acrescida num projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

E aquilo que divergir?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há divergência.

O SR. ALGACI TULIO

As intenções são iguais na tentativa...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Consulto Vossa Excelência que está presidindo e deputado Algaci que é autor do outro projeto, presidente da Comissão do Narcotráfico, deputado José Maria, já que existe a intenção do deputado Algaci Tulio de que possamos melhorar aquilo que for aprovado hoje no mês de fevereiro, poderíamos adotar a seguinte estratégia, aprovamos hoje o projeto do deputado Algaci Tulio que está na Ordem do Dia, se este for também o entendimento de Vossa Excelência, deixamos o projeto de Vossa Excelência, deputado Caíto Quintana, tramitando como está. Ao aprovar o projeto do deputado Algaci Tulio vamos dar os instrumentos que a CPI precisa para a proteção das testemunhas, se este for o entendimento, até

porque já existe uma deliberação para anexá-los, quer dizer, teríamos que agir na desanexação. E daí, no dia 16 de fevereiro voltaríamos com o projeto de Vossa Excelência, para corrigir aquilo que, eventualmente, não pode ser atendido. Talvez, essa também seja uma outra alternativa. Uma é votarmos os dois fundidos, hoje - a Comissão de Redação Final fazer o reajuste necessário e termos de pronto a lei completa. E outro é de votarmos só o projeto do deputado Algaci Tulio e termos um projeto tramitando, para o começo de fevereiro. É um entendimento que Vossa Excelência, com o deputado Algaci e com o presidente da Casa teriam que adotar, nesse momento.

O SR. ALGACI TULIO

Porque corremos o risco de o próprio governador vetar o projeto que estamos aprovando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Orlando Pessuti, respondendo vossa Questão de Ordem, estranho, por ser autor do projeto e estar presidindo a sessão. Defendo o projeto que apresentei, porque o acho mais completo, modéstia à parte, do que o anterior. Mas como solução, deputado José Maria Ferreira, teremos que ter uma solução, teremos que ter um instrumento, durante esse período de recesso - se retiramos não votaremos nada. E submetendo-me à orientação do nosso líder, deixamos de votar, então, o meu projeto. Votamos o projeto da Comissão do Narcotráfico, E, logo no mês de fevereiro, faremos pela votação desse outro projeto, em separado, um substitutivo do projeto que está em andamento. Se Vossa Excelência se julgar atendido assim.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Não quero de forma nenhuma trazer complicação. Sei da importância do projeto. Só quero dar respaldo de legalidade ao que estamos fazendo aqui. Sei que, inclusive, a sua proposição sai prejudicada com essa colocação. Mas agradeço a compreensão - assim teremos condições, em fevereiro, de fazer uma votação, que permite adequar os dois projetos e aquele pensamento que Vossa Excelência tinha para esse projeto.

Muito obrigado.

Assim teremos condições de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Vossa Excelência está coberto de razão, pela preocupação da Redação Final.

Senhores deputados, vamos votar a desanexação.

Os senhores deputados que estiverem a favor de desanexar os projetos na segunda votação, permaneçam como estão.

Aprovado.

Portanto, vamos para a segunda discussão única e exclusivamente do Projeto 199/2000, de autoria da CPI do Narcotráfico.

Em discussão, em votação, o projeto, ressalvadas as emendas.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Votação das emendas:

Emenda nº 01 da C.C.J. - Fica incluído no artigo 3º, com a seguinte redação:

“Serão aplicados em benefício do colaborador, na prisão ou fora dela, medidas especiais de segurança e proteção à sua integridade física, considerando ameaça ou coação eventual ou efetiva;

Parágrafo Único - Estando sob prisão temporária, preventiva ou em decorrência de flagrante delito, o colaborador será custodiado, em dependência separada dos demais presos”.

Em discussão, em votação, a emenda.

Os senhores deputados, que aprovam a emenda nº 01, permaneçam como estão.

Aprovada.

Emenda nº 02 - Fica incluído no artigo 14, a seguinte redação:

“As despesas decorrentes da aplicação dessa lei correrão à conta de dotação, consignada no orçamento”.

Em discussão, em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

Emenda nº 3, aditiva ao projeto - Fica incluído no artigo 2º, inciso 3º, passando a ter a seguinte redação:

“O programa de que trata essa lei, tem como objetivo garantir proteção, para as pessoas, que estejam sendo ou possam vir a ser coagidas ou ameaçadas, por sua colaboração direta ou indireta à investigação criminal ou processo penal”.

Acresce ao inciso 3º:

“Ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente, com a investigação e o processo criminal, desde que, dessa colaboração, tenha resultado:

a) a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa;

b) a localização da vítima, com a sua integridade física preservada;

c) a recuperação total ou parcial do produto do crime.”

Em discussão, em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/2000, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o orçamento geral do Estado do Paraná para o exercício de 2001. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O..**

Em discussão, nessa fase apenas votando o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Joseti Antonio Meimberg, e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo Estadual ceder ao município de Teixeira Soares, imóvel conforme especifica, com registro da Comarca de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade pública o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, com sede e foro nesta capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2000, de autoria do Poder Executivo, que objetiva estabelecer normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de desmanche de veículos automotores e no de comercialização de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche e adotar outras providências pertinentes ao assunto. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 179, de 06.12.2000 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 417/2000

P A R E C E R :

Oriundo da Mensagem Governamental nº 033/2000, o projeto de lei em epígrafe, objetiva estabelecer normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuam no ramo de desmanche de veículos automotores e no de comercialização de peças componentes e acessórios provenientes de desmanche e adotar outras providências pertinentes ao assunto.

O projeto de lei em questão vem de encontro à sugestão da CEI - Comissão Especial de Investigação desta

Assembleia Legislativa do Estado que investigou o Narcotráfico e também da Comissão de Alto Nível do Governo do Estado sobre o mesmo tema, das quais fomos relatores e que trabalhou na investigação do Narcotráfico e Crime Organizado, envolvendo não só o tráfico de entorpecentes como outras áreas, incluindo desmanches de veículos.

Nos relatórios finais das referidas comissões, constaram sugestões ao senhor governador para a tomada de medidas quanto às diversas áreas investigadas, o que hoje se concretiza com o presente projeto de lei.

Chamada esta comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de leis, pelo que somos de Parecer Favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 417/2000

P A R E C E R

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/2000, tem por objetivo estabelecer normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de desmanche de veículos automotores e no de comercialização de peças componentes e acessórios provenientes de desmanche e adotar outras providências pertinentes ao assunto.

Fundamentação

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou Parecer Favorável por tratar-se de matéria cuja iniciativa cabe ao Poder Executivo.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar verificou que o projeto em questão consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade pois com a adoção da medida será criado eficiente mecanismo legal para coibir o comércio de peças e acessórios de veículos fruto de desmanches clandestinos.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(aa) **ELIO RUSCH** - Presidente e Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2000, dispõe sobre as alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 188, de 13.12.2000 em 1ª Discussão)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 423/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa dispor sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero manifestar o meu voto contrário, da Bancada de Oposição a este projeto porque entendemos que, num momento como esse que se enuncia a possibilidade que o pagamento dos servidores venha ser parcelado, por falta de recursos, este projeto, embora de uma forma modesta, traz a criação de novos cargos comissionados. Embora os valores possam parecer pequenos naquilo que se extingue e naquilo que se cria, mas evidentemente, está se criando cargos e certamente aumentando a despesa do Poder Executivo na conta de pessoal, principalmente com cargos comissionados.

Além do que, no artigo 5º, do Projeto 423, trata da transferência do sistema penitenciário da Secretaria da Justiça para a Secretaria de Segurança Pública e em mais de uma oportunidade pessoas ligadas ao sistema penitenciário nos procuraram para que trabalhássemos no sentido de permanecer o sistema penitenciário sob as atribuições da Secretaria de Justiça.

Por esta razão nós, da Bancada da Oposição, votamos contrário ao Projeto 423.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Com o devido registro o voto contrário da Bancada de Oposição. Em votação.

Aprovado.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2000, aprova um ajuste orçamentário, no valor de R\$632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 185, de 12.12.2000 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 436/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar ajuste orçamentário, no valor de R\$632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Antes que nos encaminhe para o final da sessão gostaria de questionar a Presidência sobre duas informações: primeiro sobre o andamento das emendas à reforma constitucional, quando se encerra, a data precisa, para que possa informar à nossa liderança, e também com relação à discussão, e também quando se encerra e os prazos enfim com relação ao regimento.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Colombo e senhores deputados, a partir de amanhã, dia 15, cessa o prazo dado de 45 dias para as emendas da reforma constitucional.

Portanto, deixa de correr prazo a partir de amanhã conforme o regimento. Os prazos não contam durante o recesso. Como foi publicado no dia 29 de novembro, portanto, a partir de amanhã cessa de contar prazo, retoma a contar na primeira sessão de 16 de fevereiro. Portanto, existe prazo, no mês de fevereiro, qualquer senhor deputado poderá pedir dilação de prazo para apresentações das emendas.

Então, fica registrado e foi muito boa a lembrança de Vossa Excelência que os prazos para a revisão da Constituição encerram-se amanhã, param de fluir, e só voltarão a fluir a partir de fevereiro, e do Regimento Interno fica tudo para o mês de fevereiro porque não foi nem sequer iniciada a discussão aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2570, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 597/99 e 314/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 417, 423 e 436/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 347 e 426/2000.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Saúde Pública e a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência dos senhores deputados presidente das respectivas Comissões, Luiz Accorsi e Algaci Tulio, e com a presença dos seguintes deputados: Edgar Bueno, Serafina Carrilho, Ademir Bier, Cesar seleme, Fernando Ribas Carli e Ademar Traiano. Havendo número legal, foram declarados abertos os trabalhos da presente reunião, passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 246/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter. Parecer FAVORÁVEL na forma do Substitutivo Geral do deputado relator Algaci Tulio - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, foram declarados encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Osmar Prestes, secretário da Comissão de Saúde Pública, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário